

Empresários defendem a desindexação da economia

São Paulo — O pacote econômico que o Governo anunciará esta semana, com medidas destinadas a reduzir o déficit público, poderá tornar-se totalmente inócuo se não vier acompanhado de um processo de desindexação da economia, é a opinião unânime de banqueiros e industriais que participaram ontem de um concorrido almoço, promovido pela Associação das Empresas Distribuidoras de Valores — Adeval, em homenagem ao presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos — Febraban, Roberto Konder Bornhausen, no Automóvel Clube.

Bankeiros e empresários industriais entendem que, apesar da desindexação estar vinculada mais, hoje, a uma decisão política, sua aplicação é indispensável no momento, e talvez seja a única saída para que a sociedade, de um modo geral, dê credibilidade ao novo elenco de medidas. Alguns banqueiros defendem até uma desindexação parcial, atingindo apenas alguns segmentos da economia.

Pacote com desindexação

O presidente da Febraban e do Unibanco, Roberto Konder Bornhausen, acha indispensável a desindexação acompanhar o pacote, mas lembra que isto está gerando controvérsias no Governo. Além disso, considera que persiste a dúvida sobre "como desindexar e o que desindexar". Bornhausen vê como saudável a liberação do limite quantitativo do crédito nos bancos, "um dos pontos fundamentais para a queda das taxas de juros", mas classifica de um "contravapor" a possibilidade de o Governo aumentar o Imposto sobre Aplicações Financeiras — IOF, que teria reflexo direto sobre o custo do dinheiro.

O economista Luiz Carlos Bresser Pereira, presidente do Banespa, defendeu uma desindexação parcial com a aplicação de um redutor sobre as ORTNs, que provocaria queda nas taxas de juros e colaboraria para a redução da dívida pública, caso ocorra uma mudança na correção monetária. Bresser Pereira acha que o Governo terá de estipular uma taxa de captação para os bancos, evitando assim "a morte da caderneta de poupança".

O empresário Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da FIESP e membro do Conselho Monetário Nacional reafirmou que se o Governo não partiu para um processo de desindexação, "estará cometendo mais uma perversidade contra toda a sociedade, principalmente os assalariados. Como o problema agora é político para desin-

dexar, ninguém mais sabe o que irá acontecer".

Representante do setor financeiro no Conselho Monetário Nacional — CMN, e diretor-superintendente do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, demonstra esperança na redução das taxas de juros se o Governo promover um expurgo na correção monetária e reduzir o volume dos subsídios. Com relação ao pagamento do Imposto de Renda antecipado pelos bancos, não vê problemas para as grandes instituições, mas destaca que o Governo deve estudar maneiras de atenuar o impacto nos pequenos bancos.

Célio Borja, presidente da Associação dos Bancos Comerciais, só acredita na eficiência do pacote com a desindexação total, pois em sua opinião "essas medidas devem ser as últimas e não apenas outras. O estrato da sociedade que pode suportar novos pacotes é pequeno e não se pode ficar renovando crédito às esperanças. Até hoje, apenas o Governo foi quem ganhou com os pacotes, ficando para o setor privado sempre um aumento da carga tributária".

O presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto — Andima, Carlos Brandão, defende que o Governo deve continuar criando medidas de incentivo ao mercado financeiro, aumentando a colocação de títulos, evitando assim novas emissões de moeda e, consequentemente, mais inflação.

— O Governo não tem condições de resgatar os títulos que estão no mercado atualmente, pois teria de emitir. Assim, o jeito é colocar mais títulos — declarou.

Sobre a possibilidade de tributação do open market, Carlos Brandão é de opinião que "o mercado absorve qualquer medida". Com a taxação do open, estima, o Governo poderá arrecadar entre Cr\$ 150 bilhões e Cr\$ 200 bilhões, contra cerca de Cr\$ 500 bilhões se decidir colocar maior volume de títulos no mercado.

Para o presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Marcos Fonseca, a tributação do open market será uma medida acertada se for adotada, mas não vê nela qualquer relação com a queda imediata dos juros. O economista propôs ontem a criação de uma caderneta de poupança para a pessoa jurídica, mas não especificou qual seria o tipo de remuneração desejável para este novo mecanismo.

**Leia editorial
"Horizonte Obscuro"**